

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

**UMA PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO PARADIGMÁTICA DA PSICOLOGIA  
DO TRABALHO E ORGANIZACIONAL ATRAVÉS DAS CLÍNICAS DO  
TRABALHO**

Camila Das Neves Balan, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil; Guilherme Elias da Silva, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil; Raphael Barbosa, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil; Tamara Natácia Mulari Coneglian, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil;

contato: camilanbalan@hotmail.com

**RESUMO**

Defendemos a necessidade de uma transformação ou (r)evolução paradigmática da Psicologia do Trabalho e Organizacional sustentada em uma perspectiva ao mesmo tempo clínica, interdisciplinar e política. Diante disso, o objetivo deste estudo foi compreender como as intituladas Clínicas do Trabalho podem auxiliar na transformação paradigmática da Psicologia do Trabalho e Organizacional a partir das perspectivas supracitadas. Para tanto, a metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em artigos e livros, que tomou como referência os principais pesquisadores e autores respectivos a cada uma das Clínicas do Trabalho mais reconhecidas no cenário nacional, a saber: Psicodinâmica do Trabalho, Psicossociologia do Trabalho, Clínica da Atividade e Ergologia. Os proponentes das clínicas do trabalho são muito claros no sentido de demarcar seu posicionamento ético: o que se busca é o aumento do poder de agir, uma coprodução de conhecimento-ação vinculado às situações reais e às vivências dos sujeitos. Desse modo, são privilegiadas metodologias qualitativas, métodos nos quais os próprios indivíduos/trabalhadores são convocados a refletir sobre suas práticas. Tal transformação paradigmática na forma de enxergar e entender o mundo a nossa volta, e conseqüentemente no âmago da Psicologia do Trabalho e Organizacional, proporcionará sujeitos e profissionais mais críticos e emancipadores em sua prática, potencializando uma ação transformadora no contexto atual. Ao se apropriar dessa mudança de pensamento, ampliam-se as chances de fazer com que o campo das Clínicas do Trabalho consiga trazer os aportes fundamentais para promoção de sujeitos emancipados, sendo promotores, assim, de uma forma mais humana de lidar com o sofrimento no trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia do Trabalho e Organizacional. Clínicas do Trabalho. *Praxis* transformadora.

**INTRODUÇÃO**

Como bem alertou Zanelli (1994), "se a organização antepõe resistências para que o psicólogo extrapole o circuito das atividades técnicas, é necessário lembrar que faz parte da

natureza das atividades do psicólogo provocar mudanças". Mas, ressalta que isso irá requerer a "compreensão metodológica, percepção política e conhecimento das atividades potenciais

---

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

em seu campo profissional e conhecimento aprofundado do local de trabalho, da trama das relações de poder, dos determinantes econômicos e sociais etc.", e o "preparo para lidar com as mudanças tecnológicas e sociais do processo de trabalho e com as mudanças mais amplas da sociedade" (p. 147). Vê-se, portanto, que não nos basta apenas a competência técnica, operacional. É preciso irmos além até mesmo do nível estratégico. Para adquirirmos essa compreensão e esse preparo para a implementação de mudanças deveremos elevar nosso olhar a um patamar acima do estratégico e examinar o que ocorre em um nível que Tractenberg (1999) denominou de paradigmático.

A saber, o nível estratégico se preocupa com a definição das diretrizes básicas de uma organização (missão, valores, escopo de atuação etc.), com a análise e planejamento de políticas e estratégias de ação, e com sua irradiação para os demais níveis, sistemas e subsistemas da organização. O paradigmático, por sua vez, situa-se "acima" do estratégico na medida em que integra uma cosmovisão, uma estrutura conceitual, ideológica, filosófica e histórica, que empenhará de sentido e delimitará as fronteiras visíveis para o estabelecimento de diretrizes e políticas organizacionais. E, ao mesmo tempo, permeia, em todas as esferas organizacionais, os modos de pensar e de agir dos indivíduos.

Os níveis paradigmático e estratégico correspondem às principais fronteiras da organização com o meta-sistema. A indistinção entre esses níveis, não raro, leva ao apagamento ou diluição do primeiro, conduzindo a uma trágica rigidez perceptiva e funcional que acomete inúmeras organizações. Trágica porque, nos tempos atuais, muito mais do que um redirecionamento estratégico, exige-se das organizações uma (r)evolução paradigmática (TRACTENBERG, 1999, p. 15).

Defendemos a necessidade de uma transformação paradigmática da Psicologia do Trabalho e Organizacional sustentada em uma perspectiva ao mesmo tempo clínica, interdisciplinar e política. *Clínica* no sentido de dever ocupar-se com o *sujeito em situação*, sendo o cerne desta preocupação a compreensão do sentido do trabalho [individual e coletivo] para aqueles que o realizam. *Interdisciplinar* no sentido de ocupar-se com a complexidade histórica em curso e que, por sua vez, exige ser apreendida a partir de um conjunto de disciplinas que permitam o desvelamento do *concreto* em sua multiplicidade de determinações e contradições que encontram na *práxis* individual e coletiva seu fundamento. Por fim, que tal transformação paradigmática incorpore no âmago da própria Psicologia do Trabalho e Organizacional a dimensão política compreendida como dimensão necessária e essencial a

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

toda atividade científica orientada por uma *praxis* transformadora fundada em uma ética humanista radical (LHUILIER, 2011).

Diante disso, nosso objetivo foi compreender como as intituladas Clínicas do Trabalho podem auxiliar na transformação paradigmática da Psicologia do Trabalho e Organizacional a partir de perspectivas ao mesmo tempo clínica, interdisciplinar e política.

Para tanto, a metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em artigos e livros, que tomou como referência os principais pesquisadores e autores referentes a cada uma das Clínicas do Trabalho mais reconhecidas no cenário nacional, a saber: Psicodinâmica do Trabalho, Psicossociologia do Trabalho, Clínica da Atividade e Ergologia. Estas configuram um conjunto de teorias que têm como foco de estudo a relação entre trabalho e subjetividade. Apesar de relativa diversidade epistemológica, teórica e metodológica, o objeto comum dessas teorias, de acordo com Bendassolli e Soboll (2011), é a *situação* do trabalho, que compreende a relação entre o *sujeito*, de um lado, e o *trabalho* e o *meio*, de outro.

### **Psicodinâmica do Trabalho**

A abordagem da psicodinâmica do trabalho foi preconizada por Christophe Dejours na década de 1980, fundamentada na sociologia do trabalho, psicanálise e ergonomia (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). Atualmente as dimensões da clínica do trabalho em psicodinâmica vêm sendo estudadas por Dejours (1993, 2004a, 2009), Merlo e Mendes (2009), Mendes (2007) e Lhuilier (2007), entre outros.

A psicodinâmica do trabalho, entendida a partir de uma dimensão sociopsíquica do trabalho, visa compreender as ações e estratégias defensivas utilizadas pelos trabalhadores frente ao sofrimento e adversidades impostas pela organização e relações de trabalho.

Ao falar de organizações de trabalho é importante destacar que os modelos de gestão vigentes, os processos produtivos e as constantes transformações das tecnologias e cenários socioeconômicos e políticos repercutem de maneira muitas vezes nocivas aos trabalhadores, uma vez que tais mudanças e cenários não garantem, em sua totalidade, condições mínimas para execução das atividades, deixando os trabalhadores expostos a ambientes insalubres e precários, usurpando-lhes a autonomia e esvaziando de sentido a atividade laboral.

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

Como metodologia e intervenção a psicodinâmica do trabalho, inserida no campo clínico, volta-se para os coletivos de trabalho, buscando desvelar as estratégias construídas entre os pares pertencentes às organizações, em detrimento às ações individualizadas.

A abordagem adotada por essa disciplina permitiu ultrapassar uma visão reducionista que responsabilizava apenas o indivíduo pelas consequências do trabalho sobre sua saúde e buscar vivências operárias específicas, que se inscrevem em realidades concretas de trabalho, como, por exemplo, o papel da inteligência operária e sua função como mecanismo de defesa e na construção de identidade no trabalho (Dejours, 1992). Nesse sentido, a saúde mental para a psicodinâmica coloca-se entre a patologia e a normalidade, ou seja, resulta dos modos como os sujeitos-trabalhadores reagem e agem frente ao sofrimento originado nos constrangimentos impostos pela organização do trabalho (MERLO; MENDES, 2009, p. 143).

Assim, é possível realizar um trabalho interventivo dentro das organizações a partir da abertura de espaços da palavra que se configuram pela construção de grupos de discussão e cuidado, tendo como objetivo “problematizar o cotidiano vivido, as dificuldades, os questionamentos, as reflexões e as ações coletivas” (OLIVEIRA et al., 2009). Ainda de acordo com o Merlo e Mendes (2009), a metodologia de intervenção da psicodinâmica do trabalho se constrói através “do processo de elaboração, perlaboração e ressignificação do sofrimento no trabalho, revelando e reorganizando o sistema de medições frente a esse sofrer” (MERLO; MENDES, 2009, p. 147), e isso se torna possível por meio da mobilização subjetiva dos trabalhadores - eleitos como atores deste processo. A expressão é pela palavra “que pode transformar-se em ato, ou seja, provocar a mobilização do fazer na busca de transformação da organização do trabalho, produzindo uma mobilização que também é sociopolítica” (MERLO; MENDES, 2009, p. 147).

Nesse processo, o pesquisador ou o psicólogo do trabalho, implicado de forma ético-política (MERLO; MENDES, 2009, p. 147), assume o papel de facilitador para o desenvolvimento do diálogo interno dos trabalhadores [envolvendo seus aspectos subjetivos] (BENDASSOLLI, 2011), auxiliando-os na obtenção de uma postura ativa, crítica e emancipadora frente ao seu próprio trabalho.

**Psicossociologia do Trabalho**

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

A psicossociologia recobre um amplo leque de vertentes, ao focar na sua contribuição para entender os processos tanto dentro quanto fora das instituições, ou seja, os processos grupais, oferece dispositivos para análise das mudanças sociais. Ao compreender como as instituições são definidas como um conjunto de regras e representações, signos e símbolos, a Psicossociologia consegue fazer um aporte teórico sobre o produto das práticas das relações humanas. Levando em consideração essa vertente da Psicossociologia, a mesma oferece a compreensão da natureza dos vínculos que os sujeitos criam com as instituições, organizações, com reflexos na questão do campo do trabalho, do social e conseqüentemente do campo político (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011).

Os grupos, as organizações e as instituições, sejam elas política, educacional, etc, sob a ótica da Psicossociologia são mediadores da vida pessoal dos indivíduos, sendo assim, criados, governados e transformados pelos mesmos. O objeto de estudo da Psicossociologia é a análise social de práticas em situações concretas, ou seja, faz o estudo do sujeito no quadro da sua vida cotidiana (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011) em seu meio, seja lá qual for ele que estiver inserido (grupos, organizações ou instituições). Assim, devido a sua dinamicidade, o foco de estudo da Psicossociologia iniciou-se com a abordagem da compreensão do pequeno grupo, posteriormente, das organizações e instituições, e atualmente estuda tudo isso juntamente com os aspectos relacionados à sociopolítica e a história.

Partindo da consideração que a Psicossociologia trabalha com a demanda que lhe é endereçada, busca a transformação social ao priorizar a relação entre sujeito e sociedade, conectando, desse modo, as diversas disciplinas e campos. É assim que todo objeto de trabalho, seja ele estudo, pesquisa ou intervenção é multifacetado, ele sempre é atribuído aos atores envolvidos direta ou indiretamente, seja ele no campo pulsional, dos grupos, das instituições, do momento sociopolítico, das condições políticas, entre outros (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011).

A Psicossociologia no campo da política está direcionada para a compreensão das transformações que ocorreram e com as representações do indivíduo na sociedade. Segundo Bendassolli (2009), a questão do público e do privado importa a essa análise de modo muito especial, afinal, a análise da atual configuração desses espaços oferece fontes de discernimento sobre a maneira como se estruturam hoje a subjetividade e o próprio vínculo social. Além disso, segundo o autor aqui reside o essencial: “alterações na estruturação da

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

esfera pública atingem nossa ideia de política, do papel do estado e de sua relação com o indivíduo e deste com os demais membros da sociedade, seus concidadãos” (p. 124).

Sobre a *práxis* da Psicossociologia no campo interdisciplinar<sup>1</sup>, entende-se que:

Toda intervenção psicossociológica, toda pesquisa-ação – quer seja resposta a uma demanda ou resulte de uma iniciativa do prático – tem sempre como origem uma outra intervenção de qualquer natureza – psicossocial ou não; nunca é independente, é sempre ligada a uma ação que a precede ou que a engloba, ação que é também uma intervenção que não pôde atingir suficientemente seus objetivos e cuja existência – e fracasso – tenta-se mais ou menos claramente esconder. Uma boa parte do problema do significado que vai tomar uma intervenção psicossocial está na relação que ela manterá com aquela que a precedeu: é ela intervenção para (a serviço de), sobre, contra, no sistema de intervenção que a gerou? Caso se despreze essa origem, não se pode, evidentemente, responder a essa questão; mas essa observação sugere uma pista de trabalho a seguir desde o início. Continuando, ou mesmo depois de terminar, nunca é fácil elucidar completamente a natureza exata da relação; acontece até que os agentes de intervenção – e os grupos junto aos quais eles intervêm – perdem facilmente de vista essa relação, sobretudo quando estão absorvidos em seu novo trabalho, ou quando o utilizam para esconder os acontecimentos que provocaram o processo (MACHADO; CASTRO; ARAÚJO; ROEDEL, 2001, p. 183).

Portanto, tomando como base o conceito explanado sobre a Psicossociologia do Trabalho, entende-se que sua *práxis*, a “Intervenção Psicossociológica” (MACHADO; CASTRO; ARAÚJO; ROEDEL, 2001, p. 165), se constrói ao estimular a crítica, lançando um olhar novo sobre o mundo, sem vê-lo como algo já construído e pronto, se constrói também ao realizar práticas nas quais pesquisa e ação não são dois polos que se interligam, trazendo à tona a construção de ferramentas de ruptura com o cotidiano.

### **Clínica da Atividade**

A Clínica da Atividade apresenta-se como uma das propostas teórico-metodológicas que integram as Clínicas do Trabalho. Tem como origem fundadora os trabalhos de Yves Clot e Daniel Faïta, sendo o primeiro considerado o principal disseminador deste campo, principalmente, por sua ação à frente do „*Conservatoire National des Arts et Métiers*“ (CNAM), na França. Trata-se de uma abordagem que constata o esgotamento dos modelos

---

<sup>1</sup> Esta se configura como *marginal secante*, logo que se encontra, justamente, na interseção das “duas retas” que cortam os campos da sociologia e da psicanálise. Os psicossociólogos, herdeiros do freudo-marxismo, identificaram impasses à construção de uma metateoria globalizadora do homem e da sociedade, entretanto, continuam perseguindo esse projeto, principalmente em suas pesquisas e intervenções (GAULEJAC, 2001).

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

exclusivamente cognitivos dos sujeitos, filiando-se às abordagens histórico-culturais, buscando, deliberadamente, nas obras de Vygotsky e Bakhtin suas bases fundamentais (CLOT, 2007).

O direcionamento dos estudos em Clínica da Atividade, de acordo com Clot (2007) deve passar por dois pontos específicos: pela compreensão das transformações recentes do mundo do trabalho, junto de todas as influências que isso acarreta à sociedade e aos indivíduos; e pelas contribuições que a Psicologia pode proporcionar à análise do trabalho. Desta forma, a Clínica da Atividade volta-se, concomitantemente, para o lado da subjetividade e para o lado da organização do trabalho. Compreende-se que o trabalho exerce um papel de centralidade já que, para o autor, o trabalho “não é uma atividade entre outras. Ele exerce na vida pessoal uma função psicológica específica que se deve definir. E isto precisamente em razão de ele ser uma atividade dirigida” (p. 12).

A atividade para esta abordagem está sempre em desenvolvimento. Ao concordar com Leplat, Clot aponta que os trabalhadores não podem ser compreendidos apenas como um sistema que executa a tarefa prescrita, pois a tarefa se inscreve em suas histórias e, por meio dela, eles buscam a realização de objetivos pessoais. “Quando um trabalhador realiza uma tarefa ele a transforma” (SILVA; BARROS; LOUZADA, 2012, p. 191), portanto, viver no trabalho é afetar a organização por sua iniciativa. Entretanto, quando se observa, atualmente, as possibilidades de ação no ambiente de trabalho nota-se que:

[...] é necessária aos trabalhadores uma disponibilidade cada vez maior para agir em meios profissionais cada vez mais incertos e que exigem por isso que eles deem sempre mais de si mesmos. [...] a disponibilidade requerida pressupõe, e chega mesmo a exigir, um desenvolvimento de bases sociais desse envolvimento de que até o momento carecemos em larga medida. As regras da vida comum padecem de um problema que afeta profundamente os meios de trabalho. [...] o trabalho renuncia à sua função psicológica quando suas regras são “perdidas” ou confundidas com simples regulamentações (CLOT, 2007, p. 201).

A atividade não afetada faz com que o trabalhador aja sem se sentir ativo e as emoções experimentadas não são mais condutoras nem dinamogênicas. “O desenvolvimento abortado da atividade se perde em emoções que degeneram em paixões tristes, novos obstáculos ao desenvolvimento, em defesas psíquicas” (CLOT, 2010, p. 09).

A Clínica da Atividade compreende que a atividade vincula ou desvincula os indivíduos de um meio social, da própria organização e até mesmo entre si e entre os objetos que eles mobilizam. Desta forma, a Clínica da Atividade busca confrontar esses processos de

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

vinculação/desvinculação de maneira que não se encerrem em um círculo vicioso (CLOT, 2010).

Cabe ressaltar que esta proposta teórico-metodológica não visa assumir um tom pessimista em análise do trabalho, ela busca atribuir privilégio à ação para transformá-la em uma mola propulsora de uma Psicologia que contribua para a renovação do conceito de atividade, a fim de aproximar a subjetividade do trabalho. Clot (2007) recupera em Arendt (1983) a insistência na libertação da ação no curso da atividade e propõe que essa libertação ocorre por meio do desenvolvimento das atividades do sujeito, tirando-o de si próprio e fornecendo-lhe possibilidades de dar novos rumos à sua história subjetiva. Trata-se, pois de desenvolver o poder de agir.

O desenvolvimento do poder de agir ocorre por uma via dupla: o sentido do trabalho e a eficiência. O sentido é fruto das trocas, advém da realização dos objetivos pessoais e é fonte de energia; a eficiência tem sua origem na técnica e é fonte de economia (CLOT, 2010). É nesse ponto que a Clínica da Atividade se apresenta como uma “teoria psicológica da ação” (CLOT, 2007, p. 201), essa análise psicológica do trabalho consiste em acompanhar a formação e, sobretudo, a transformação dos gêneros profissionais em meio real. Compreendendo-se por gênero profissional:

Um sistema de instrumentos, coletivamente construído e que se encontra no interior da atividade individual. É uma gama de atividades encorajadas, proibidas ou interditas. Um repertório disponível que pré-organiza a atividade. Ou seja, trata-se de técnicas, formas de fazer estabelecidas, uma reorganização do *métier* pelo coletivo e, dessa forma, pode ser compreendido como a parte subentendida da atividade, um estoque de possibilidades conhecido somente por aqueles que participam da mesma situação. Trata-se, portanto, de um instrumento coletivo da atividade individual (LIMA, 2007, p. 100).

O poder de agir passa, portanto, por essa transformação coletiva e individual (por meio de processos de estilização) do gênero profissional. A Clínica da Atividade dispõe de métodos especificamente construídos para tal, entre eles, a autoconfrontação cruzada.

A autoconfrontação cruzada consiste em uma proposta de uma nova atividade dirigida que se superpõe àquela que se busca compreender. Ela se constitui por três fases: a princípio realiza-se um compartilhamento das situações a ser analisadas, os pesquisadores observam as situações de trabalho a fim de co-definir as atividades que serão alvo da etapa posterior, bem como definir os trabalhadores participantes em pares (tudo é definido pelo coletivo de trabalho); definidas as atividades e os participantes produz-se a produção de

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

gravações de áudio e vídeo que serão alvo de autoconfrontações simples (pesquisador e trabalhador discutem sobre as imagens gravadas) e cruzadas (os pares comentam as imagens um do outro com a mediação do pesquisador), “trata-se do começo de um diálogo profissional entre dois profissionais diante da mesma situação” (CLOT, 2007, p. 136); na terceira etapa ocorre um retorno ao coletivo onde se produz uma:

[...] filtragem da experiência profissional posta em discussão em termos de situações rigorosamente delimitadas. Estabelece-se um ciclo entre aquilo que os trabalhadores fazem, aquilo que eles dizem daquilo que eles fazem e, por fim, aquilo que eles fazem daquilo que eles dizem (p. 136).

Assim a atividade se desloca de um gênero de atividade habitual para um gênero renovado. É a partir, então, da análise estilística das ações que a Clínica da Atividade busca pôr o gênero para trabalhar e seja um “meio de agir coletiva e individualmente na situação” (CLOT, 2007, p. 202).

### **Ergologia**

A Ergologia apresentar-se como uma abordagem que permite direcionar o olhar do profissional da psicologia e/ou do pesquisador para as microdimensões que envolvem as ordens objetiva e subjetiva dos indivíduos em sua atividade de trabalho. Permite, ainda, considerar que a atividade de trabalho é sempre renormalização das normas antecedentes (SCHWARTZ, 2011). Nesse sentido, o trabalho real não é considerado mera repetição do trabalho que é prescrito, sendo sempre lugar de escolhas, um destino a viver. Em sua atividade, o indivíduo vive um processo de retrabalho do saber, que tem íntima conexão com sua dimensão subjetiva, ou seja, não há cumprimento passivo das prescrições, pois a dinâmica de vida presente no cotidiano laboral exige um processo de recriação das normas antecedentes, o que expressa a saúde, a mobilização da inteligência, o desejo e a subjetividade relativa ao seu campo profissional. Sendo o trabalhador sujeito de saberes e valores acumulados ao longo de sua história de vida, no ato de trabalho, ele decide como fazer usos de si, sempre a partir de dimensões éticas, políticas, sociais, psicológicas e culturais.

A ideia é a de que, em toda situação social, preexistem normas que tentam regular a ação do homem, mas “é o homem em geral que não pode jamais impedir-se de pensar e se pensar” (SCHWARTZ, 2002, p. 117). Pode-se, pois, afirmar que o trabalho como atividade

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

humana, ainda que historicamente inserido, nunca é apenas execução e/ou alienação. Ele é sempre tentativa, em certa medida individual e ao mesmo tempo coletiva, “de reinventar maneiras de fazer, maneiras de viver as contradições, as restrições, os recursos do presente” (SCHWARTZ, 2008, p. 45). Tal noção traz consigo a ideia de renormalização associada ao fazer histórico.

O psicólogo e médico Ivar Oddone traz contribuições para a Ergologia por intermédio do conceito de Comunidades Científicas Ampliadas. Esse conceito resultou de experiências, nas décadas de 1960 e 1970, com o que se chamou Movimento Operário Italiano (MOI) de produção de conhecimentos e luta pela saúde. Echternacht (2008) considera que para Oddone “a experiência operária se constitui como o cerne de toda análise sobre o trabalho, reconhecendo-a como aprendizagem que se constitui a partir da apropriação singular de modelos genéricos que evoluem através da prática” (p. 54). Este enfoque oferece à Ergologia contribuições para a discussão sobre a valorização dos diferentes saberes que circulam na atividade e para a proposição do Dispositivo Dinâmico a Três Polos (DD3P).

Considerado pela Ergologia como um prolongamento da ideia de Comunidades Científicas Ampliadas, a proposta do DD3P ao mesmo tempo justifica e exige o conceito de atividade (SCHWARTZ, 2000). O primeiro polo trata dos saberes já formalizados, a ciência e a tecnologia, que a Ergologia denomina como: saberes constituídos. Os saberes constituídos são incapazes de cobrir o real da atividade de trabalho e por isto requerem a participação dos chamados saberes investidos. Os saberes investidos, que compõem o segundo polo, têm a sua origem na atividade de trabalho dos trabalhadores que neles se investem subjetivamente. O diálogo entre estes dois tipos de saberes pressupõe um posicionamento ético, epistemológico, político, entre outros, por parte daqueles que optam pela adoção do DD3P. É este polo que orienta as iniciativas e tomadas de decisão dos participantes que adotam o Dispositivo. Há aqui o encontro fecundo entre o primeiro e o segundo polo, que se expressa por meio da aceitação do outro como seu semelhante. Desse outro, não se supõe saber, antecipadamente, o que ele faz, porque faz, e como tem convocado seus saberes e valores na atividade. Na atividade, toma-se o outro como alguém com quem se vai aprender algo sobre o que ele faz. Está presente a ideia de que há uma zona de cultura e uma zona de incultura (ignorância) tanto no conhecimento dos profissionais da psicologia e/ou pesquisadores quanto no conhecimento dos trabalhadores.

Diante disso, Schwartz (2011, p. 160) propõe:

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

A política começa em todos os lugares, quer dizer, não começa em parte alguma. Se o campo do político é aquele em que está em questão o bem comum, então aquilo sobre o que um olhar respeitoso sobre a atividade humana nos instrui hoje é que esse campo em nada se limita àquele que se considera geralmente como o campo do político. Aquilo que, em nossas sociedades modernas, suscita hoje debate encontra um eco nas situações de trabalho e de vida. E, reciprocamente, as arbitragens, às vezes ínfimas, cujos traços são encontrados na atividade de uma pessoa que realiza uma tarefa, contribuem, mesmo que modestamente, na elaboração da história que estamos vivendo juntos. Um debate sobre valores sem dimensões cujos horizontes incluem, de maneira variável, uma aspiração ao bem comum já está onipresente na mais mínima das operações industriais. Toda ambição “política” pode ser julgada, na definição de seu agir, pelo grau com que é interpelada por suas inúmeras fabricações onde cotidianamente está em jogo o destino do bem comum.

Sendo assim, enquanto não nos damos como motivo político ajudar a desdobrar a riqueza dos debates de normas ergológicas, em suma, enquanto ainda não se está *ergoengajado*, a relação dos cidadãos com o político, através dos canais extremamente pré-formatados (em especial, por modelos de gestão que apregoam políticas heterogestionárias), é pobre. Essa relação só tem uma ligação muito indireta com essas dramáticas da atividade, que se alteram transitando por essas mídias pré-balizadas porque elas se operam em penumbra, inclusive para os próprios protagonistas, e não possuem suporte estabilizado para se desenvolver. Portanto, “fazer política” incluindo o ergoengajamento modifica, ou modificaria, seu conteúdo, já que o “povo” a governar não é mais exatamente o mesmo. Trata-se de um povo [coletivo de trabalho] que é, sobretudo, um povo de semelhantes, mais respeitado, menos em sofrimento e mais disponível para cocriar um mundo comum.

## **DISCUSSÃO**

Quando falamos em clínica do trabalho não se trata, podemos dizer logo de partida, de uma clínica de divã, focada em problemáticas singulares, girando em torno das fantasmáticas individuais. E também não se trata de uma abordagem que dilui o sujeito em estruturas (em geral, sociais) que o antecedem. A ênfase da palavra clínica nesse caso é sobre a articulação do mundo psíquico com o mundo social. A clínica do trabalho aproxima-se de uma clínica social, cuja pauta de pesquisa e intervenção é a realidade vivenciada pelos sujeitos. Em não sendo uma clínica exclusivamente do sujeito intrapsíquico, incorpora, em seus questionamentos, a produção social do sofrimento no trabalho, bem como a produção de

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

circunstâncias pelas quais o trabalho é reconstruído pela ação coletiva e individual. Quer dizer, não é uma clínica do sofrimento, atenta, exclusivamente, aos aspectos deletérios e nocivos do trabalho; trata-se de uma clínica que, apesar de partir ou pressupor o sofrimento, vai além dele e enfatiza os aspectos criativos e construtivos do sujeito em sua experiência no trabalho. (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011, p. 60).

Buscamos desenvolver também uma reflexão situando as clínicas do trabalho em um quadro paradigmático amplo, configurado por dois grandes grupos heterogêneos: de um lado, as abordagens neopositivistas, nas quais podemos situar, grosso modo, as psicologias cognitivas e experimentais do trabalho; de outro, as abordagens não positivistas – as quais incluem paradigmas compreensivos, interpretativos, hermenêuticos e também o clínico. Enquanto o primeiro grupo parece estar mais preocupado com questões de previsão e controle no trabalho (desempenho, eficiência, etc.), o segundo volta-se para questões de compreensão, no sentido de um entendimento singular das situações, das vivências e experiências dos sujeitos, visando a uma transformação não necessariamente de cunho econômico-instrumental.

Os proponentes das clínicas do trabalho (por exemplo, LHUILIER, 2006a) são muito claros no sentido de demarcar seu posicionamento ético: o que se busca é o aumento do poder de agir, uma coprodução de conhecimento-ação vinculado às situações reais e às vivências dos sujeitos. Desse modo, são privilegiadas metodologias qualitativas, métodos nos quais os próprios indivíduos/trabalhadores são convocados a refletir sobre suas práticas. Inovações importantes foram desenvolvidas para atender à necessidade de técnicas mais sensíveis às problemáticas investigadas, tais como a técnica da auto-confrontação cruzada (CLOT, 2005) ou dos grupos de análise das práticas (DEJOURS, 1996, 1998). Nessas técnicas são destacados, em primeiro plano, dispositivos interpretativos que permitam o aumento da reflexividade dos sujeitos sobre suas atividades, a compreensão das defesas utilizadas para fazer face às dificuldades, às angústias e ao sofrimento, bem como a apropriação de estratégias bem-sucedidas e criativas.

Entre seus traços fundamentais, as clínicas do trabalho defendem a centralidade psíquica e social deste último, vendo o trabalho como uma atividade material e simbólica constitutiva do laço social e da vida subjetiva. Elas atribuem grande importância às situações concretas de trabalho, valorizando um questionamento sobre as demandas colocadas pelo mundo do trabalho aos psicólogos e também sobre o uso dos dispositivos propostos quando

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

da análise, pesquisa e intervenção naquelas situações. Partilham a convicção de que as práticas de pesquisa devem ser engajadas, e não simples expedientes de coleta de dados, muitas vezes sem a devida ressonância no trabalho realizado pelas pessoas. Atentas ao traumático no trabalho, suas investigações se destinam a compreender as origens e as manifestações do sofrimento, como também a compreender e subsidiar os processos de resistência e de superação por parte dos coletivos de trabalho.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomemos por base uma mudança paradigmática em torno dos modelos tradicionais adotados até o momento no campo de atuação do psicólogo. Ao entender e vivenciar as novas configurações propostas pelas Clínicas do Trabalho, será possível um aporte teórico e prático para uma intervenção mais humana e qualitativa, na busca de uma ação que consiga lançar um novo olhar sobre o mundo, enxergando-o como algo novo, nunca visto antes, algo a ser construído.

Pensar dessa forma, remete a um pensamento de ruptura com o cotidiano, seguindo a diretriz de entender o *sujeito em situação*, e não uma situação pré-determinada, mas uma situação vivenciada no seu momento, único e peculiar, preocupando-se com a compreensão do sentido do trabalho para quem o vivencia, no campo individual e coletivo.

Além disso, é necessário adotar uma postura para um pensamento interdisciplinar, que consiga enxergar esse sujeito na sua complexidade histórica, a partir de um conjunto de disciplinas que permitam elucidar a prática fundamentada nos desejos de quem o faz, nas suas potencialidades e nas suas emoções, tanto no campo individual, quanto no coletivo.

Tal transformação paradigmática na forma de enxergar e entender o mundo a nossa volta, e conseqüentemente no âmago da Psicologia do Trabalho e Organizacional, proporcionará sujeitos e profissionais mais críticos e emancipadores em sua prática, potencializando o poder de sua ação de mudança no contexto atual. Ao se apropriar dessa mudança de pensamento, amplia-se as chances de fazer com que o campo das Clínicas do Trabalho consiga trazer os aportes fundamentais para promoção de sujeitos emancipados, sendo promotores, assim, de uma forma mais humana de lidar com o sofrimento no trabalho.

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BENDASSOLLI, P. F. *Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir* in Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. X – No 1 – p.63 – 98 – mar/2011.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011.

CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CLOT, Y. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

ECHTERNACHT, E. *Atividade Humana e Gestão da Saúde no Trabalho: elementos para a reflexão a partir da abordagem ergológica*. Revista Laboreal, Dossier Laboreal – Ergologia, v. 4, n. 1, jul. 2008. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt>>. Acesso em: 05 set. 2016.

GAULEJAC, V. Psicossociologia e sociologia clínica. In: ARAÚJO, J.N.G. & CARRETEIRO, T.C. (orgs.). *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, 2001.

LIMA, M. E. A. *Contribuições da Clínica da Atividade para o campo da segurança no trabalho*. Revista brasileira de saúde ocupacional, São Paulo, v. 32, n. 115, p. 99-107, 2007.

MACHADO, M. N. M.; CASTRO, E. M.; ARAÚJO, J. N. G.; ROEDEL, S. (orgs.) *Psicossociologia: Análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autentica, p. 165-183, 2001.

MERLO, A. R. C; MENDES, A. M. *Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, Brasília, v.12, n.2, p. 141-156, 2009.

ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTE, G. *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Paris: Messidor, 1981.

OLIVEIRA, T.T.S.S; LEMA, F.R.G; GODOY, K.R.G. *O cuidado começa na escuta: profissionais de saúde mental e as vicissitudes da prática*. Revista Mental, v.7 nº. 12, Barbacena, 2009.

SCHWARTZ, Y. *A Abordagem do Trabalho Reconfigura nossa Relação com os Saberes Acadêmicos: as antecipações do trabalho*. In: SOUZA-e-SILVA, M. C. P.; FAÍTA, D. (Orgs.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de trabalho no Brasil e na França*. Tradução de Inês Polegatto e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, p. 109-137, 2002.

SCHWARTZ, Y. *O Trabalho numa Perspectiva Filosófica*. In: NOSAKI, I. (Org.). *Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber*. São Paulo: Mercado de Letras, p. 23-46, 2008.

XVII Semana de Psicologia da UEM  
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da  
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia  
24 a 27 de Outubro de 2016

SCHWARTZ, Y. *Manifesto por um ergoengajamento*. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Orgs.). *Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, p. 132-166, 2011.

SILVA, C. O.; BARROS, M. E. B.; LOUZADA, A. P. F. *Clínica da atividade: dos conceitos às apropriações no Brasil*. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL L. A. P. (Orgs.). *Clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011.

TRACTENBERG, L. *A complexidade nas organizações: futuros desafios para o psicólogo frente à reestruturação competitiva*. *Psicologia: ciência e profissão*. N. 1. Brasília. p. 14-29, 1999.